



Facam o jogo, senhores!



MEIRA FILHO — O candidato João de Assis Meira Filho tem 63 anos de idade e há 28 anos mora em Brasília. Ele nunca foi candidato, mas, antes de entrar no PMDB, já foi do PDT e do PDC. Meira, que se diz de centro, mora no Lago Sul e é contrário à estatização das empresas.

ALVARO COSTA — O candidato Alvaro Pereira Sampaio Costa tem 42 anos de idade e 10 de Brasília. Nunca foi candidato, mas já pertenceu ao PMDB. Acha que as empresas de interesse público podem ser estatizadas. Mora na Asa Norte.

LAURO CAMPOS — Com 26 anos de Brasília e 57 de idade, Lauro diz ser socialista e acha que a estatização deve ser ampliada e mais respeitada. Ele nunca foi candidato ou pertenceu a outro partido. Mora no Setor de Mansões Park Way. Seu slogan: "Por um Brasil passado a limpo".

FOTOS: JORGE CARDOSO



MAURICIO CORREA — Ele tem 52 anos de idade e mora na cidade há 26 anos, sendo presidente licenciado da OAB-DF. É favorável à estatização "com condições". Mora na Asa Sul e se diz social-democrata. Seu slogan: "Vamos libertar Brasília".

LINDBERG CURY — Com 51 anos de idade, Lindberg Aziz Cury mora em Brasília há 25 anos. Ele nunca concorreu a nenhuma eleição e sempre foi do PMDB. Afirmado ser de centro-esquerda, Lindberg é contrário à estatização. O candidato mora na MSPW.

OSÓRIO ADRIANO — Ele se posiciona politicamente como centro-progressista e acha que só as empresas de interesse público devem ser estatizadas. Com 57 anos de idade, Osório diz que mora em Brasília há 29 anos. Nunca pertenceu a outro partido. Mora no Lago Sul. Seu slogan: "Trabalho e seriedade".



Na redação do CORREIO, a concentração dos candidatos na sabatina de duas horas e meia

Brasília deve virar Estado? Esta foi uma das questões polêmicas que o CORREIO BRAZILIENSE submeteu a seis dos principais candidatos a senador de Brasília, numa entrevista coletiva que acabou em troca coletiva de idéias entre eles. Uma discussão inesperada, que aproximou opiniões, reforçou contradições e até deixou no ar acusações feitas nas entrelinhas. Meira Filho, do PMDB, e líder de todas as pesquisas, foi um dos convidados. Junto com ele, Lindberg Aziz Cury, do mesmo partido, segundo colocado na pesquisa do Ibope feita com apresentação dos nomes dos candidatos. Alvaro Costa, do PSB, que teve a mesma colocação que Lindberg na pesquisa, também esteve presente, assim como Osório Adriano, o princi-

pal candidato do PFL. Veio ainda o principal candidato do PT, Lauro Campos e o principal do PDT, Maurício Correa. José Ornellas, o mais cotado entre os candidatos do PL, foi convocado, mas não pôde estar presente.

Durante duas horas e meia esses políticos estiveram opinando sobre todos os temas ligados ao Distrito Federal: emancipação política, habitação, saúde, transportes e muitas outras questões. Um verdadeiro jogo de problemas e soluções, postos na mesa pelo CORREIO para análise dos candidatos. A coordenação foi do editor de Política, Sérgio Chacon, e do coordenador da Reportagem Política, Wilson Oliveira. Muitos outros candidatos poderiam ter sido incluídos na entre-

vista coletiva, se fosse viável reunir tantos nomes num trabalho dessa natureza. É o caso de Pompeu de Souza, Maerle Ferreira Lima, Carlos Murilo, do PMDB, ou de Antônio Venâncio e Benedito Domingues, do PFL, ou mesmo Newton Rossi, do PDC. Esses e outros deverão ser focalizados em futuros trabalhos. Por enquanto, vamos nos fixar nas opiniões desses seis políticos, que conseguiram conviver durante duas horas e meia com o contraste de idéias, sem perder a classe. Num momento em que mais da metade dos eleitores de Brasília ainda não sabe em quem votar, nada melhor do que estudar com cuidado o pensamento desses seis candidatos considerados de peso. Avaliem o jogo das urnas, senhores.

DF - eleição

Os problemas e o jogo de cada um

Seis senadores sentaram-se em volta da mesa: Lindberg Aziz Cury, Osório Adriano, Alvaro Costa, Maurício Corrêa, Lauro Campos e Meira Filho. O sistema adotado foi o seguinte: foram selecionados oito temas — Saúde, Segurança, Transporte, Habitação, Industrialização, Comissão do DF, Autonomia Política e Educação. Para cada tema, foram sorteados três senadores para responderem num máximo de três minutos, de forma que todos, ao final, respondessem ao mesmo número de perguntas. Uma pergunta, finalmente, foi

feita a todos: Brasília deve ser transformada em estado? Questão levantada por Fernando Tolentino, candidato do PMDB à Câmara, a criação do estado de Brasília é tão polêmica que todos quiseram opinar sobre a sugestão — por todos considerada esdrúxula. Cada um fez seu jogo: conheça aqui alguns dos candidatos mais fortes ao Senado, suas idéias sobre os maiores problemas de Brasília, suas propostas para a Assembleia Constituinte e suas críticas aos governos que por aqui passaram.



Habitação

A crise habitacional brasiliense não é privilégio de um estado em particular. E, acima de tudo, um problema a ser solucionado pela Assembleia Nacional Constituinte. Como um parlamentar por Brasília poderá influir na política habitacional no Distrito Federal?

Osório Adriano — A maior prioridade no DF sem sombra de dúvida, é a habitação. Nós, em Brasília, temos associações de moradores, de inquilinos, e isto advém do problema da habitação no DF. As entidades que deveriam estar tomando conta desse setor estão paralisadas. Nos governos passados, há alguns anos construíram-se uma quantidade grande de habitações. A Shis era ativa, e desempenhava seu papel. Mas sobreveio a paralisação. Não se construiu mais, e com isto veio o desemprego, a falta de habitação. Agora, como poderemos ajudar nesse problema? Temos que procurar forças a reativação do trabalho do BNH no Distrito Federal. O BNH burocratiza em excesso a entrada de processos e a liberação. O problema da habitação é muito importante e deve ser cuidado criando-se verbas, autorizando-se a venda dos atuais apartamentos para, com o dinheiro obtido, se construir outros. E deveriam ser vendidos aos funcionários públicos que os estão ocupando, excluindo-se, no entanto, os ocupantes de cargos de confiança e aqueles que estão em cargos transitórios, como os deputados e senadores.

Alvaro Costa — Eu queria fazer uma ressalva: a habitação não é, em hipótese alguma, a maior prioridade. O DF, hoje, requer prioridade em todas as áreas. É preciso que se trate esta questão não com resquícios demagógicos. Enquanto nós tivermos, um BNH ineficiente e o Governo continuar adotando medidas puramente demagógicas e eleitorais, jamais resolveremos o problema. Temos que, acima, de qualquer outra coisa, neste momento que Brasília apresenta um déficit habitacional de mais de 200 mil casas e convive com problemas como os da Vila Paranoá e dos conjuntos do setor "O", partir para a fixação dos possuidores urbanos, não existe invasor. Invadir o terreno criado pelo Governo passado, exatamente para intimidar aqueles que na falta de um teto eram compelidos a ocupar uma área de terra. Nós temos que tratar com todo carinho os nossos possuidores urbanos. Na capital do País não podem existir milhares e milhares de famílias à espera de medidas democráticas, eficazes, humanas.

Lindberg Cury — O problema da habitação eu não o considero o mais sério, mas realmente sério. O problema da habitação tem que ser analisado principalmente pela sua origem. Com a desativação da indústria da construção civil criou-se um quadro de operários residindo nas periferias da cidade. O problema deve ser analisado com seriedade sob dois aspectos: se fosse para solucionar o déficit de 120 mil moradias, valeria a pena o Governo fazer um esforço e oferecer moradia a população carente? Mas temos que pensar no fluxo migratório que vem de todas as partes do País. Será que com a construção dessas 120 mil moradias não poderíamos gerar a necessidade de mais 120 mil? E a falta de emprego que faz com que imigrantes saiam de suas cidades de origem e procurem Brasília. Eu acho que o problema do desemprego está à frente do problema da moradia. Quando a pessoa tem emprego, ela tem condições de alugar um baracão, de morar nas cidades-satélites. Então, entre moradia e emprego para a população daria prioridade ao emprego.

Brasília deve virar Estado?

Há alguns políticos que defendem a completa emancipação do Distrito Federal. Os senhores acham que Brasília deve ser transformada no 24º Estado do Brasil?

Osório Adriano — Por que se quer transformar Brasília em um estado que talvez venha a ser como muitos estados que vemos ai, paupérrimos, lutando com dificuldades? Eu acho que este tema deve ser, primeiramente, bastante debatido. Quem deve opinar sobre isso é o povo da nossa cidade. Antes de tudo, deve-se fazer uma consulta popular sobre a transformação do DF em estado. A transformação acarretaria inúmeras consequências. A primeira consequência seria perder o repasse do ICM da União para nossa cidade. E nós temos outros repasses que beneficiam o DF pela condição de cidade-estado. A transformação de Brasília em estado importaria também na municipalização da cidade, o que não convém. Então, sou favorável à realização de um plebiscito antes de se tomar qualquer medida nesse sentido.

Maurício Corrêa — Eu sou contra a transformação do Distrito Federal em Estado. É uma ideia abstrusa, intelectualmente fora do esquadrão do ponto de vista constitucional. O Distrito Federal é um ente anômalo dentro da estrutura republicana brasileira. Mas é da tradição republicana a manutenção de um território neutro, onde o Presidente da República tem sua sede. É necessário, repensar o Distrito Federal, reconceituá-lo refletir sobre o que deverá ser feito em proveito de uma maior autonomia para o seu povo. O governador de Brasília precisa ser eleito pelo povo, a fim de estar a salvo das manobras e desentendimentos da cúpula da política e da estrutura do poder econômico.

Leandro Campos — Nos Estados Unidos, desde a independência e elaboração da Constituição criou-se o Distrito Federal (Washington D. C.). Nos importa esse modelo e criamos o Distrito Federal. No antigo Distrito Federal não poderia, em face de ser sede do governo, haver um governador, um Poder legislativo com os órgãos superpostos aos da União. Por isto, lá tinhamos como órgãos tão somente uma Câmara de Vereadores. Imagine-nos, aqui, transformados em estado, com Câmara de Vereadores no Paraná, Pedregal etc. Seria um verdadeiro absurdo. Seria caríssimo, insuportável, insustentável. Além disto, não perderíamos cerca de 40 a 50 por cento das verbas que são fornecidas

tão, qual seria a atividade da Assembleia Legislativa? Para legislar sobre o Distrito Federal? Como, se este não é um estado independente?

Alvaro Costa — A transformação de Brasília em estado importaria também na municipalização da cidade, o que não convém. Então, sou favorável à realização de um plebiscito antes de se tomar qualquer medida nesse sentido.

Meira Filho — O assunto da transformação do Distrito Federal em Estado sempre foi polêmico, aqui não iria deixar de ser. Para mim, a autonomia política do Distrito Federal deveria ser discutida a partir da sugestão que foi dada por Osório Adriano. Acho que um plebiscito vai estabelecer o caminho a ser trilhado. Eu acho que a consulta popular, a consulta ao povo é básica.

Lauro Campos — Nos Estados Unidos, desde a independência e elaboração da Constituição criou-se o Distrito Federal (Washington D. C.). Nos importa esse modelo e criamos o Distrito Federal. No antigo Distrito Federal não poderia, em face de ser sede do governo, haver um governador, um Poder legislativo com os órgãos superpostos aos da União. Por isto, lá tinhamos como órgãos tão somente uma Câmara de Vereadores. Imagine-nos, aqui, transformados em estado, com Câmara de Vereadores no Paraná, Pedregal etc. Seria um verdadeiro absurdo. Seria caríssimo, insuportável, insustentável. Além disto, não perderíamos cerca de 40 a 50 por cento das verbas que são fornecidas

a cidade pela União, porque se trata de Distrito Federal. Na medida em que nos emanciparmos e nos transformarmos em Estado, teremos que contar única e exclusivamente com a nossa receita tributária, como os outros Estados.

Lindberg Cury — Eu concordo, sob o aspecto constitucional, que essa medida deixa uma grande dúvida e pode suscitar uma grande polêmica. Inclusive essa é uma matéria para ser discutida em uma assembleia mais ampla, como a Assembleia Nacional Constituinte. Mas nós devemos analisar alguns fatos, principalmente o crescimento da população, que é avassalador nas cidades-satélites. E a transformação do DF em estado está diretamente ligada à autonomia econômica das satélites. Portanto, ela só é viável se tivermos recursos para que a cidade se torne autônoma. Ai não dependeríamos da dotação de verbas que vêm do Governo Federal. A ampliação da fronteira do Distrito Federal, num caso desses, se tornaria necessária com a colocação de Osório Adriano, tem que passar por um grande plebiscito. Porque, na verdade, o povo é que tem que tomar a decisão. A ele compete definir o sistema de vida mais adequado para si.

Alvaro Costa — Na atual conjuntura, propor a transformação de Brasília em estado é uma proposta irresponsável, demagogica, eleitoreira. Além disso, querer registrar que a representação política para o Distrito Federal, nos moldes dessa que estamos tendo, não indica autonomia política. Acho, inclusive, que a proposta de representação política para o Distrito Federal foi intelectualmente deturpada, e pretendo postular a ampliação integral da representação política, inclusive com a municipalização das cidades-satélites a partir de estudos profundos sobre a questão. Agora, proponho transformar Brasília em estado, hoje, é uma piada.

Leandro Campos — Eu estou de acordo com a colocação de que um dos principais problemas da educação é o fato de ela ter-se transformado em mercadoria. Esta mercadoria apresenta dois aspectos, como as mercadorias em geral: a educação luxuosa, feita para quem pode freqüentar as escolas "americanas", pagando alguns salários mínimos por mês por criança, e a educação de qualidade inferior, na qual não existe a menor condição para o aluno.

Meira Filho — Eu estou de acordo com a colocação de que um dos principais problemas da educação é o fato de ela ter-se transformado em mercadoria. Esta mercadoria apresenta dois aspectos, como as mercadorias em geral: a educação luxuosa, feita para quem pode freqüentar as escolas "americanas", pagando alguns salários mínimos por mês por criança, e a educação de qualidade inferior, na qual não existe a menor condição para o aluno.

Alvaro Costa — Em alguns aspectos o companheiro Alvaro Costa tem razão, mas é preciso lembrar que nós estamos em Brasília, capital do País. Houve um tempo em que a educação em Brasília serviu até de modelo, que funcionou bem até uma certa época. De lá para cá, eu não sei, o que houve. Houve um relaxamento, houve aquela falta de ação mais conjunta e mais condizente com a capital. Tenho para mim que o estudante necessita ser ocupado ao máximo

a cidade foi concebida. Com isto, a população das cidades-satélites obrigada a se deslocar para seus locais de trabalho é financeiramente sacrificada. Qual seria, portanto, a solução para o problema do transporte no Distrito Federal?

Lindberg Cury — A grande solução para o problema do transporte do Distrito Federal parte, inicialmente, de uma avaliação a respeito da cidade. Brasília dispõe de um sistema de transporte interurbano porque as distâncias são longas, o que onera os custos operacionais. Em uma cidade como São Paulo, por exemplo, o ônibus percorre diversos bairros, diminuindo o custo operacional e, automaticamente, a despesa do trabalhador. No DF as distâncias são longas e o trabalhador é muito sacrificado. Além disto, Brasília vive um clima de cidade-dormitório, com todas as satélites em função do Plano Piloto, provocando um deslocamento constante de lá para cá.

Alvaro Costa — Eu concordo, sob o aspecto constitucional, que essa medida deixa uma grande dúvida e pode suscitar uma grande polêmica. Inclusive essa é uma matéria para ser discutida em uma assembleia mais ampla, como a Assembleia Nacional Constituinte. Mas nós devemos analisar alguns fatos, principalmente o crescimento da população, que é avassalador nas cidades-satélites. E a transformação do DF em estado está diretamente ligada à autonomia econômica das satélites. Portanto, ela só é viável se tivermos recursos para que a cidade se torne autônoma. Ai não dependeríamos da dotação de verbas que vêm do Governo Federal. A ampliação da fronteira do Distrito Federal, num caso desses, se tornaria necessária com a colocação de Osório Adriano, tem que passar por um grande plebiscito. Porque, na verdade, o povo é que tem que tomar a decisão. A ele compete definir o sistema de vida mais adequado para si.

Alvaro Costa — Lindberg Cury, na minha opinião, foi muito retórico e superficial. A verdade é que Brasília tem o transporte mais caro do Brasil e a população do Distrito Federal é onerada há 10 anos. Para mim, o problema merece uma análise mais profunda. Lançar mão da caixa única ou da caixa dois não resolve nada. A solução é realizar o reestudo da situação das empresas, já que nós temos que conviver com a privatização do transporte. O ideal seria isto, mas já que vivemos num regime capitalista, impõe-se medidas para reduzir o custo das empresas.

Alvaro Costa — Por que a TCB no Brasil é o quarto faturamento e, no entanto, é uma das empresas que apresentam o maior índice de prejuízos. Acho que é por falta de gerenciamento. Acho, também, que é por falta de vergonha e de coragem para o trabalho. O brasileiro não suporta o preço da passagem que ele é obrigado a pagar. E não é tanto por culpa das empresas. E culpa, sim, da sociedade como um todo e do Governo, que não proporciona um reestudo com as empresas para que se reduza o custo das passagens.

Maurício Corrêa — O item transporte é de absoluta prioridade. O primeiro questionamento que eu faria seria quanto ao sistema de entrega de concessões às empresas particulares. Todos sabem que em Brasília apenas três empresas operam. E é de conhecimento público que há um lobby no setor. Existe, sem dúvida alguma, um monopólio no setor de transporte na capital da República. Eu coloco como uma solução emergente a criação do metrô de superfície interligando as cidades-satélites ao plano-piloto. Quanto às empresas particulares, propõe um esquema de mudanças no que se refere às concessões de linhas. E se fosse o caso, aquelas que recalibrassem, seriam imediatamente estatizadas. Nós sabemos que as empresas que operam no transporte público de Brasília têm proporcionado um lucro enorme aos seus proprietários. Eles possuem até aviões, adquiridos com os lucros de um serviço de natureza eminentemente pública.

agredí-lo. A agressividade vem do sistema e das suas distorções. Da distribuição de renda desequilibrada. Do fato de que apenas 30 por cento da renda nacional ficam para os trabalhadores, enquanto os 70 por cento restantes vão para os capitalistas, para os banqueiros. Estas distorções é que exigiram a polícia, o autoritarismo, o despotismo. Em resposta, a população procurou sobreviver através da agressividade. E não adianta querer tratar esse problema acima de tudo social e com a polícia, matando com as "rotas", com os "mãos brancas".

Já existe pena de morte no Brasil. Uma pena de morte que a polícia executa sem passar por um tribunal. Na Baixada Fluminense, em apenas seis meses, 1.200 pessoas foram executadas. Esta é a nossa realidade, que deve ser alterada através de um esforço constitucional de todo este — nunca se interessou pelos problemas prioritários, daí todo esse drama que estamos vivendo. Mas, fundamentalmente, o problema do transporte é o item prioritário no momento. A primeira solução seria partir, decididamente, para a construção do metrô de superfície. E reexaminar as concessões. Todos os empresários alegam que as concessões são negativas, mas, contraditoriamente, ninguém quer perder os seus privilégios. Então, a nossa posição é esta: repensar o transporte para as cidades-satélites, estratégica a essas cidades. Com isto, não haveria necessidade de se buscar emprego fora das cidades-satélites, estratégia que importa na industrialização do Distrito Federal e na consequente fixação do trabalhador em sua cidade de origem.

Como essa política demanda tempo e o problema é angustiante, uma outra solução seria a criação do horário corrido para o funcionamento público, que iria para a cidade de manhã e só retornaria no início da tarde. Um outro turno cobriria os períodos da tarde e da noite. Assim, o transporte seria descongestionado e a população não ficaria onerada com os custos do transporte que representam uma fatia muito importante no salário do trabalhador. Afinal, o trabalhador não é responsável pelas características de Brasília. Ele, na verdade, foi convidado a morar aqui e deve, em consequência, ter condições de sobreviver sem o caríssimo ônibus.

Osório Adriano — O professor Lauro Campos fez uma locução bonita, só que nada disse a respeito do tema. Ele abordou o tema nacionalmente e esqueceu-se do Distrito Federal. Nós acabamos de ver, recentemente, os problemas de Ceilândia e da Papuda. O problema da segurança no DF gira em torno do desemprego, do menor abandono por falta de educação. Então, a responsabilidade é nossa, porque esses meninos que estão pela rua acabam se tornando criminosos em potencial. Na Papuda, com capacidade para 300 detentos, no dia da rebelião tinham mais de 500. A superpopulação carcerária gera incidentes daquele tipo. Aqui no Distrito Federal temos 2.200 homens da Polícia Civil, quando na realidade necessitamos de 3 mil. Nós temos 11 mil processos que tramitam na Justiça, e desse total apenas 20 por cento são julgados. Existem 3 mil mandados de prisão que não foram cumpridos porque não se tem onde alojar esse pessoal. E urgente, portanto, buscar soluções: construindo penitenciárias agrícolas e industriais para recuperar os detentos. Precisamos dar condição técnica à polícia, pagar salários decentes a estes. E é necessário, também, dar condições ao Judiciário para que ele possa desempenhar bem a sua função.

Alvaro Costa — Discutir o setor dos anjos é muito fácil. Enquanto nós não mudarmos o modelo neste País, enquanto vivermos sob a opressão de um capitalismo brutal, não se resolverá um assunto tão delicado. Enquanto o rico não for para a cadeia neste País; enquanto os crimes de "colarinho branco" continuarem impunes, com seus autores circulando pelas ruas e ocupando manchetes na imprensa; enquanto os matadores de Mário Eugênio permanecerem impunes, desfilando pelas ruas de nossa cidade, não se vai resolver o problema da violência. Eu endosso e assimino embaixo tudo aquilo que o professor Lauro Campos afirmou. Mas desejo ficar neste aspecto: só vai para a cadeia no Brasil quem não tem dinheiro para pagar advogado. Não existe justiça gratuita justa.



Educação

As falhas existentes no sistema educacional do País repetem-se em Brasília. O setor de educação do Distrito Federal se deteriora e é incapaz de oferecer à infância — principalmente a carente — efetivas condições de estudo e alimentação.

Álvaro Costa — Antes de analisar o tema, eu quero, primeiramente, lembrar que vivemos hoje em total desgoverno nesta cidade. Assim, a primeira providência a tomar, antes de qualquer outra, é eleger um governador para que ele possa ter compromisso com a cidade e os seus habitantes.

Especificamente com relação ao ensino, temos que repensá-lo. Mas não apenas em Brasília. Todo o Brasil. Enquanto estivermos atrelados ao mercantilismo da educação e a escola particular tiver preferência dentro do sistema político que vivemos, a educação oficial es-

tará sempre relegada ao segundo plano. Quando eu digo repensar a educação, não temos que partir da base fundamental, da base inicial. A criança precisa não só ter a garantia da escola, mas a garantia do material escolar, do uniforme gratuito; assim como os professores precisam ser bem remunerados e a alimentação tem que ser garantida. No aspecto físico, as escolas precisam ser redimensionadas. Nós vivemos um verdadeiro absurdo do planejamento da educação em Brasília. Nós vemos em algumas escolas as crianças serem tratadas como churrascos, simplesmente porque algum "gênio" inventou a escola de concreto com cobertura metálica.

A educação no Brasil — A educação no Brasil precisa ser repensada. O Estado precisa tomar conta, de uma vez por todas, desse cancro social gigantesco. Somente agora o Brasil, depois de 500 anos, conseguiu dispensar de uma lei, de autoridade do senador João Calmon, para aumentar o orçamento da União no item Educação. A educação brasileira sempre foi escamoteada, porque neste setor somente as escolas militares foram privilegiadas com verbas do Governo.

Meira Filho — Em alguns aspectos o companheiro Álvaro Costa tem razão, mas é preciso lembrar que nós estamos em Brasília, capital do País. Houve um tempo em que a educação em Brasília serviu até de modelo, que funcionou bem até uma certa época. De lá para cá, eu não sei, o que houve. Houve um relaxamento, houve aquela falta de ação mais conjunta e mais condizente com a capital. Tenho para mim que o estudante necessita ser ocupado ao máximo



Transporte

O sistema viário do Distrito Federal é extremamente caro em função da maneira pela qual



Segurança, um problema preocupante



5

Eleições

O que é prioritário para o Distrito Federal? Eleger o seu governador ou dispor, a nível local, de uma Assembleia Legislativa?

Osório Adriano Filho — O tema das eleições no Distrito Federal é um tema de todos. Nas andanças que tenho feito, constatei ansiedade geral da população para eleger os seus representantes. Eu, sou favorável à criação de uma Assembleia Legislativa e, também, à eleição dos prefeitos (administradores regionais) e do governador.

Brasília sempre teve à frente de sua administração pessoas convidadas, vindas de outros estados, sem suficientes conhecimentos para o desempenho da função e carentes de contato íntimo com o povo e com a cidade. Brasília realmente é diferente. Nós, aqui, temos peculiaridades. Existem, distantes do Plano Piloto, as cidades-satélites. E isto acarreta problemas. Não sou favorável, por exemplo, à municipalização das satélites. Nós jamais devemos perder a condição de cidade-estado, porque isto nos traz alguns privilégios. Mas nós temos que achar uma maneira de conservar esta situação e, ao mesmo tempo, eleger o nosso governador, já.

A Assembleia Nacional Constituinte deverá fazer constar da próxima Constituição a eleição dos deputados que, por sua vez, escreverão a Constituição do Distrito Federal e definirão a eleição em todos os níveis.

Meira Filho — Não há dúvida de que existe um anseio popular nesse sentido. O povo deseja participar. O povo está achando que o seu voto vai influir nas decisões. Acho que a autonomia do Distrito Federal é, para todos os candidatos, ponto pacífico. Cabe à Constituinte dirimir as dúvidas e estabelecer as regras do jogo.

Lauro Campos — Na minha opinião, a questão tem sido tratada de maneira superficial e irrefletida. Existem problemas muito sérios para se transformar o Distrito Federal em estado da Federação. Seria preciso que os que se apresentam como candidatos a representantes do povo no Senado tivessem um pouco mais de cuidado no trato deste problema. Não se pode afirmar que o povo quer. A primeira pesquisa evidenciou um índice de 94 por cento de indecisos com relação aos próprios candidatos ao Senado. Este resultado é muito eloquente, porque demonstra que o povo não pode ter-se manifestado unanimemente a respeito de coisa alguma porque ele está resistindo. E este silêncio deve ser parabenizado, pois evidencia o elevado grau de conscientização da população de Brasília. Em segundo lugar, a transformação do DF em estado implícita, desde já, em um destino conhecido. Como o Distrito Federal não pode gerar os recursos tributários capazes de manter os serviços essenciais do futuro estado, ao se tomar esta decisão se estará lançando a capital da República em uma situação caótica. Esta é uma proposta absurda. Nós devemos manter o Distrito Federal como está para que continuemos com 50 por cento dos nossos recursos sendo transferidos para a União. E, paralelamente, com independência política, para que os amigos do Presidente da República não continuem a ser aqui os seus in-governados administradores.

dústrias de transformação, direcionando para os polos industriais, através da utilização das estruturas das cidades-satélites.

Necessitamos dar destaque, da mesma maneira, à agricultura, tanto que estamos desenvolvendo uma tese nesse sentido. Também é imperioso criar incentivos através do imposto de renda, captando recursos da própria Sudene, a fim de que ela motive as empresas de fora a investirem no cerrado, transformando-o no maior celeiro de grãos do nosso País. Eu acrescentaria, ainda, o polo da informática como de grande necessidade. Nós vivemos um período em que a informática talvez seja uma das principais indústrias, já que estamos na capital da República, que dispõe de todos os recursos naturais para que sua alocação seja aqui, por estarmos ao lado do Governo do Distrito Federal. Em tese, estas seriam as propostas que entendemos viáveis, para industrializar o DF sem torná-lo, porém, um grande centro.

Osório Adriano — Eu, particularmente, acho que o principal é a criação de novos empregos. Quanto à viabilização, ela deveria se dar por outras formas, com a criação de distritos industriais, fixação das pessoas em seus próprios núcleos habitacionais. Com isto estaria resolvido, em parte, o problema do transporte, evitando-se a movimentação em direção ao Plano Piloto.

Maurício Corrêa — Brasília não pode nem deve ser um desguadouro da volúpia das grandes empresas que escravizam os trabalhadores, das empresas industriais que procuram apenas o sentido do lucro sem nenhuma preocupação com o aspecto social. Mas eu apoio totalmente a posição do Lindberg quanto à necessidade de ampliação do mercado de trabalho no DF, já que a única indústria existente na cidade é a da construção civil, cujo ciclo já passou. Desta maneira, torna-se indispensável a alternativa de um meio industrial para viabilizar a mão-de-obra, que vem sobrepujando os núcleos populacionais carentes do Nordeste, do Centro-Oeste, em busca do chão Eldorado na capital do chão da República. Agora, sempre com uma preocupação: indústrias que se compatibilizam com o plano do DF, uma cidade construída sem as conotações agressivas e selvagens dos grandes polos industriais como São Paulo. Sou a favor da industrialização dentro desses critérios.

Lauro Campos — Na minha opinião, a questão tem sido tratada de maneira superficial e irrefletida. Existem problemas muito sérios para se transformar o Distrito Federal em estado da Federação. Seria preciso que os que se apresentam como candidatos a representantes do povo no Senado tivessem um pouco mais de cuidado no trato deste problema. Não se pode afirmar que o povo quer. A primeira pesquisa evidenciou um índice de 94 por cento de indecisos com relação aos próprios candidatos ao Senado. Este resultado é muito eloquente, porque demonstra que o povo não pode ter-se manifestado unanimemente a respeito de coisa alguma porque ele está resistindo. E este silêncio deve ser parabenizado, pois evidencia o elevado grau de conscientização da população de Brasília. Em segundo lugar, a transformação do DF em estado implícita, desde já, em um destino conhecido. Como o Distrito Federal não pode gerar os recursos tributários capazes de manter os serviços essenciais do futuro estado, ao se tomar esta decisão se estará lançando a capital da República em uma situação caótica. Esta é uma proposta absurda. Nós devemos manter o Distrito Federal como está para que continuemos com 50 por cento dos nossos recursos sendo transferidos para a União. E, paralelamente, com independência política, para que os amigos do Presidente da República não continuem a ser aqui os seus in-governados administradores.

Meira Filho — A Comissão do Distrito Federal no Senado deveria atuar como uma verdadeira Câmara de Vereadores a favor de Brasília. Contra ele, entretanto, a deixa seria acusação: a de ser completamente inoperante. Qual seria, entretanto, a alternativa para que os parlamentares eleitos pelo DF influíssem, através da Comissão, na administração da cidade?

Lauro Campos — A comissão do DF foi o resultado do preenchimento de um vazio institucional. Na falta de órgãos adequados para administrar o Distrito Federal, criou-se esta Comissão. Na medida em que se criaram órgãos para legislar sobre o Distrito Federal, é óbvio que ela ficará sem função e deverá desaparecer. Mas, até lá, a Comissão deveria ser integrada pelos três senadores e oito deputados que serão eleitos. Até que se construa realmente o Poder do Distrito Federal ou o seu Legislativo local.

Realmente, a Comissão do DF não está vinculada aos interesses da população de Brasília por não ter sido eleita por ela. E os senadores que a integram estão distantes dos problemas de Brasília. Eu proponho, inclusive, que enquanto não se constitui o governo do Distrito Federal, alguns órgãos nefastos, como a Terracap, sejam extintos. O exercício dessas atividades seria realizado através de órgãos subordinados à Comissão do DF, com os poderes ampliados antes que eles passem aos seus órgãos definitivos, que serão constituídos através de principais fontes de atendimento à população democrática.

Meira Filho — O professor Lauro Campos foi muito feliz na sua resposta. Ele está exatamente dentro do pensamento da comunidade brasileira. Há uma necessidade imperiosa de que os assuntos que dizem respeito à nossa capital sejam entregues a pessoas que entendam, compreendam e estejam vivenciando os nossos problemas. Eu complementaria dizendo que a Comissão do DF deve se transformar em um fórum de debates. Afinal, se eleitos, seremos procuradores das pessoas que nos colocarem lá. Um fórum de debates em que os eleitores passam também discutir os problemas da nossa cidade.

Lindberg Cury — Sim. Brasília tomou dimensões que ultrapassaram o quadro para o qual ela foi programada. O governo não pode acolher todo o funcionalismo público e nem aqueles que saem da Universidade à procura de um trabalho. O que não preveram é que há um consenso formado para enfrentar o quadro e a realidade atual, principalmente onde verificamos que pesquisas levantadas pela ONU prevêem que no ano de 2.000 Brasília terá cerca de 4 milhões de habitantes. Ou seja: o triplo de sua atual população. Assim, torna-se inarredável a ideia de industrialização do DF. E verdade que não passa pela cabeça de quem quer que seja subverter as tradições da capital com instalação de indústria poluente. O que se pretende, sim, é colocar nas cidades-satélites pequenas in-

teriorizações de transformação, direcionando para os polos industriais, através da utilização das estruturas das cidades-satélites.

Necessitamos dar destaque,

da mesma maneira, à agricultura,

tanto que estamos desenvolvendo uma tese nesse sentido.

Também é imperioso criar

incentivos através do imposto

de renda, captando recursos

da própria Sudene, a fim de que

ela motive as empresas de fora

a investirem no cerrado, transfor-

mizando-o no maior celeiro

de grãos do nosso País. Eu

acrescentaria, ainda, o polo da

informática como de grande ne-

cessidade. Nós vivemos um

período em que a informática

talvez seja uma das principais

indústrias, já que estamos na

capital da República, que dis-

põe de todos os recursos natu-

rais para que sua alocação seja

aqui, por estarmos ao lado do

Governo do Distrito Federal.

Em tese, estas seriam as pro-

postas que entendemos viáveis,

para industrializar o DF sem

torná-lo, porém, um grande

centro.

Osório Adriano — Eu, parti-

cularmente, acho que o princi-

pal é a criação de novos empre-

gos. Quanto à viabilização, ela

deveria se dar por outras for-

mas, com a criação de distritos

industriais, fixação das pessoas

em seus próprios núcleos habi-

tacionais. Com isto estaria resol-

vido, em parte, o problema

do transporte, evitando-se a mo-

mentação em direção ao Plano

Piloto.

Maurício Corrêa — Brasília

não pode nem deve ser um des-

guadouro da volúpia das gran-

des empresas que escravizam

os trabalhadores, das empresas

industriais que procuram ape-

nas o sentido do lucro sem ne-

nhuma preocupação com o as-

pecto social. Mas eu apóio total-

mente a posição do Lindberg

quanto à necessidade de am-

plicação do mercado de tra-

balho no DF, já que a única in-

dústria existente na cidade é a

da construção civil, cujo ciclo

já passou. Desta maneira, torna-

-se um desguadouro da volúpia

das grandes empresas que escra-

vizam os trabalhadores, das em-

presas industriais que procura-

m a lucratividade sem nenhuma

preocupação com o aspecto so-

cial. E isto estaria resolvido, em

parte, o problema do transpor-

te, evitando-se a movimentação

em direção ao Plano Piloto.

Osório Adriano — Eu, parti-

cularmente, acho que o princi-

pal é a criação de novos empre-

gos. Quanto à viabilização, ela

deveria se dar por outras for-

mas, com a criação de distritos

industriais, fixação das pessoas

em seus próprios núcleos habi-

tacionais. Com isto estaria resol-

vido, em parte, o problema

do transporte, evitando-se a mo-

mentação em direção ao Plano

Piloto.

Maurício Corrêa — Brasília

não pode nem deve ser um des-

guadouro da volúpia das gran-

des empresas que escravizam

os trabalhadores, das em-

presas industriais que procura-

m a lucratividade sem nenhuma

preocupação com o aspecto so-

cial. E isto estaria resolvido, em

parte, o problema do transpor-

te, evitando-se a movimentação

em direção ao Plano Piloto.

Osório Adriano — Eu, parti-

cularmente, acho que o princi-

pal é a criação de novos empre-

gos. Quanto à viabilização, ela

deveria se dar por outras for-

mas, com a criação de distritos

industriais, fixação das pessoas

em seus próprios núcleos habi-

tacionais. Com isto estaria resol-

vido, em parte, o problema

do transporte, evitando-se a mo-

mentação em direção ao Plano

Piloto.

Maurício Corrêa — Brasília